

A TEORIA DAS IMPLICATURAS DE GRICE SOB A ÓTICA DOS TEÓRICOS DA RELEVÂNCIA

GRICE'S THEORY OF IMPLICATURES FROM THE PERSPECTIVE OF RELEVANCE THEORISTS

Diogo de França Gurgel¹
Matheus Tostes Furtado²

Recebido em: 04/2020

Aprovado em: 11/2020

Resumo: O objetivo do artigo é submeter a exame a Teoria da Relevância (apresentada por Dan Sperber e Deirdre Wilson em *Relevance: communication and cognition*), a partir de uma comparação dessa teoria com a abordagem inferencialista da comunicação feita por Paul Grice. Entendemos que muitas das teses centrais da Teoria da Relevância (como, por exemplo, a postulação das explicaturas) só puderam ser estabelecidas nas bases teóricas erigidas em obras como “Meaning” e “Logic and conversation”. Evidenciar semelhanças e contrastes entre esses modelos e analisar as consequências das mesmas para uma teoria da comunicação de bases cognitivistas serão as tarefas deste artigo.

Palavras-chave: relevância; significado; inferência

Abstract: This article's aim is to put under examination the Relevance Theory (presented by Dan Sperber and Deirdre Wilson in *Relevance: communication and cognition*) by the means of a comparison between this theory and Paul Grice's inferential approach of communication. We believe that certain central claims of the Relevance Theory (for example, the statement of explicatures) could only be established on the theoretical basis built in works such “Meaning” and “Logic and conversation”. To highlight the similarities and differences between these models and to analyze their consequences for a cognitivist grounded theory of communication will be the task of this article.

Keywords: relevance; meaning; inference

Introdução

Paul Grice, em artigos como “Meaning” e “Logic and conversation”, publicados em

¹ Doutor em Filosofia (UFRJ), Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da UFF, E-mail: diogo.gurgel@gmail.com

² Graduando em Filosofia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Bolsista CNPq (Bolsa PIBIC), Email: matheustostesf@live.com

1957 e 1975 respectivamente, desenvolveu sua Teoria das Implicaturas, revolucionando os estudos sobre a natureza do significado. Uma de suas maiores contribuições para uma abordagem pragmática da linguagem natural foi o *insight* de que a compreensão de um significado está vinculada a inferências acerca das intenções do emissor. Grice entende que em vez da comunicação ser estabelecida nas bases de meras decodificações de mensagens codificadas (conforme o modelo tradicional da semiótica), ela seria estabelecida nas bases de inferências que buscam a compreensão das intenções comunicativas do falante. Em outras palavras, Grice foi o primeiro filósofo a compreender que “the function of the linguistic meaning of an utterance is not to encode the speaker’s meaning, but to provide *evidence* of her meaning” (WILSON; SPERBER, 2012, p.ix). Em seu *Relevance: Communication and Cognition*, Dan Sperber e Deirdre Wilson partem das bases estabelecidas por Grice, porém, propõem uma reformulação ambiciosa no modelo inferencialista a partir de certas bases teóricas erigidas no seio das Ciências Cognitivas.

Wilson, no prefácio à tradução portuguesa da mencionada obra, afirma que o objetivo inicial do projeto em que se engajou com Sperber era solucionar os problemas relacionados ao conceito de relevância tal como foi apresentado em “Logic and conversation” por Grice: “a teoria da relevância começou simplesmente como uma tentativa de dar resposta a algumas destas questões levantadas pela abordagem de Grice, mas acabou por ficar com um aspecto muito diferente” (WILSON, 2001, p.10). Grice apresenta a relevância como um parâmetro da máxima conversacional de Relação, sem grandes desenvolvimentos conceituais, admitindo que acha o “the treatment of such questions exceedingly difficult” e fazendo planos de “revert to them in a later work” (GRICE, 1991b, p.27). Já na reformulação proposta por Sperber e Wilson, a relevância ganha um destaque considerável, apresentando-se como um eixo central de todos os nossos processos comunicacionais e cognitivos:

A relevância é vista como uma propriedade das entradas de dados para os processos cognitivos: elocuições, pensamentos, memórias, ações, sons, vistas, cheiros, e assim por diante. Aquilo que torna uma entrada de dados relevante é o facto de à pena seu processamento. Aquilo que faz com que uma entrada de dados valha à pena ser processada é explicado em termos das noções de efeito cognitivo e de esforço de processamento. (WILSON, 2001, p.11).

Como se vê, o projeto do Sperber e Wilson em *Relevance* não atém às investigações acerca dos princípios da comunicação humana – como o faz Grice em sua delineação do “Cooperative Principle” (GRICE, 1991b, p.26) – mas estendem-se ao campo da cognição em

geral. O cômputo de relevância seria, segundo os autores, um princípio cognitivo fundamental, regendo não apenas nossos processos cognitivos superiores (de natureza conceitual), mas também nossa percepção. Seria em decorrência da centralidade desse posto no âmbito da cognição que o cômputo de relevância se constituiria também como princípio comunicacional. Esses dois princípios (o cognitivo e o comunicativo) são definidos da seguinte maneira por Sperber e Wilson (SPERBER; WILSON, 1996, p.260):

- a) Princípio cognitivo: a cognição humana tende a busca por uma maximização da relevância.
- b) Princípio comunicativo: todo ato de comunicação ostensiva comunica a pressuposição de sua própria relevância ótima.

No que se segue, procuraremos mostrar como os autores, a partir da formulação e elucidação desses princípios, procuram superar a versão formulada por Grice do modelo inferencialista (fundado nas máximas conversacionais e em sua exploração por meio de implicaturas). Para tanto, dividimos os ataques desferidos contra o modelo griciano em duas classes: A primeira classe de ataques se volta para a própria teoria griciana em sua trama interna, ou seja, para sua consistência e para seus métodos de demonstração. Tais investidas procuram evidenciar os problemas relacionados ao que Sperber e Wilson chamam de caráter *ex post facto* dos argumentos apresentados em “Logic and conversation”. A segunda classe se inclina sobre problemas concernentes ao poder explicativo da teoria griciana. Esses ataques se concentram na insuficiência do Princípio Cooperativo (de natureza racional) para abarcar a relevância (como dispositivo cognitivo) e na denúncia de que Grice não se desvencilhou tanto quanto presumia do problemático modelo do código (semiótico) típico da filosofia da linguagem do início a meados do século XX.

O artigo está dividido em três sessões. Na primeira, discutimos os méritos que Sperber e Wilson atribuem ao modelo griciano. Na segunda, discutimos os problemas existentes em seu modelo. Na terceira, procuramos apresentar a Teoria da Relevância conforme estabelecida por Sperber e Wilson, com enfoque na suposta superação dos problemas de que padece o modelo griciano. Nesse momento, examinamos os ganhos e os limites dessa teoria, tentando compreender que razões têm seus entusiastas para a considerarem um passo a mais nos estudos pragmáticos da comunicação.

A Grice o que é de Grice

A Teoria da Relevância entra em acordo com Grice (e toda uma vertente da abordagem pragmática da linguagem que o tem como precursor) em duas teses fundamentais.

The first is that sentence meaning is a vehicle for conveying a speaker's meaning, and that a speaker's meaning is an overtly expressed intention which is fulfilled by being recognized. In developing this idea, Grice opened the way to an inferential alternative to the classical code model of communication. (SPERBER; WILSON, 2012, p.2)

A argumentação tem início, em *Relevance*, justamente com a apresentação dessa distinção entre o modelo inferencial e o modelo do código. No modelo do código, “communication is achieved by encoding a message, which cannot travel, into a signal, which can, and by decoding this signal at the receiving end” (SPERBER; WILSON, 1996, p.4). Ou seja, a comunicação seria possível mediante a codificação e decodificação de mensagens, com base em um código linguístico. A fonte, o falante, teria a intenção de transmitir uma mensagem para outro sujeito, o ouvinte, assim sendo, ele o faria codificando sua mensagem (de natureza mental) com base em regras de conversão comuns aos dois interlocutores, e emitindo um sinal (sonoro ou grafado), de modo a permitir ao ouvinte (receptor), mediante uma operação de decodificação, teria acesso ao conteúdo mental original do falante (emissor).

Contudo, este modelo tem problemas consideráveis. Um primeiro problema, aos olhos de Sperber e Wilson, é que a diferença entre sentenças e expressões linguísticas de sentenças é simplesmente ignorada pelos defensores do modelo do código (Sperber; Wilson, 1996, p.9). Outro problema (diretamente relacionado ao primeiro) é a falta de poder explicativo sobre como uma proposição de ordem mental (com seu caráter representacional) pode ser convertida em um sinal codificado³ – nada se diz claramente sobre como é feita a correspondência entre conceito e signo, entre o mental e lexical. Por fim, o maior dos problemas apontados pelos autores é o seguinte: os defensores do modelo semiótico parte do pressuposto não declarado de que a compreensão de significados é decorrente do compartilhamento de certos conhecimentos de base. Os autores procuram denunciar o caráter literalista dogmático do modelo: assume-se sem mais a possibilidade de uma correspondência total entre significado e signo e a possibilidade de uma significação própria do signo independente de contextos. Para explicar

³ Sperber e Wilson assumem conceitos mentais e apresentam uma solução para tal problema. Isso será desenvolvido na seção 3.

como poderia um receptor ter acesso ao conteúdo mental que o falante busca comunicar, o modelo do código precisa adotar a tese do conhecimento mútuo, em que há um compartilhamento entre falantes de um sistema normativo que possa cobrir todos os proferimentos significativos trocados. Ora, a adoção dessa tese inviabiliza, por exemplo, uma compreensão satisfatória da dependência contextual e das inovações semânticas *ad hoc*. O maior defeito do modelo, portanto, seria que ele “is descriptively inadequate: comprehension involves more than the decoding of a linguistic signal.” (SPERBER; WILSON, 1996, p.6).

Uma alternativa interessante, aos olhos de Sperber e Wilson, teria sido apresentada por Paul Grice em um trabalho intitulado *Meaning* (1957): o modelo inferencial. De acordo com Grice, ao fazer um certo proferimento, um falante A espera que o mesmo produza “some effect in an audience by means of the recognition of this intention” (GRICE, 1991a, p.220).

O ponto mais interessante do artigo de Grice seria, para os autores de *Relevance*, o *insight* de que “as long as there is some way of recognizing the communicator’s intentions, then communication is possible. Recognition of intentions is an ordinary human cognitive endeavour” (SPERBER; WILSON, 1996, p.25). Tal *insight* teria aberto as portas para a construção de um modelo inferencial da linguagem, em contraponto ao modelo do código. Ao deslocar o foco dos estudos filosóficos acerca da comunicação para o reconhecimento de intenções, Grice mostra que o código é somente uma ferramenta para o reconhecimento de intenções.

On the inferential view, utterances are not signals but pieces of evidence about the speaker’s meaning, and comprehension is achieved by inferring this meaning from evidence provided not only by the utterance but also by the context. (SPERBER; WILSON, 2012, p.2).

Um segundo grande *insight* de Grice diria respeito à natureza do processo inferencial necessário para a compreensão de significados. Para que se realize tal processo, o ouvinte deve ter a expectativa de que o proferimento (ou estímulo comunicativo em geral) respeite regras, padrões não somente linguísticos, mas também extralinguísticos (como princípios de uma razão comunicativa, por exemplo). O Princípio Cooperativo e a teoria das implicaturas, conforme apresentados em “Logic and conversation”, seriam decorrência de uma exploração desse *insight*⁴. De acordo com Levinson:

⁴ O projeto griciano que leva a tal princípio é fundamentalmente uma tentativa de compatibilização entre a semântica e a pragmática. Ao início de “Logic and conversation”, Grice descreve uma querela entre formalistas e informalistas a qual giraria em torno do seguinte eixo: certo grupo de formalistas defendem a viabilidade de uma

A sugestão de Grice é de que existe um conjunto de suposições mais amplas que guiam a conduta da conversação. Elas surgem, ao que parece, de considerações racionais básicas, e podem ser formuladas como diretrizes para o uso eficiente e eficaz da língua na conversação para fins cooperativos adicionais. Grice identifica como diretrizes deste tipo quatro máximas básicas da conversação ou princípios gerais subjacentes ao uso cooperativo da língua, que, juntos, expressam um princípio cooperativo geral. (LEVINSON, 2007, p.126)

Tal conjunto de suposições mais amplas são as máximas conversacionais e seus parâmetros. As máximas seriam quatro, a saber: 1) quantidade – concernente ao grau de informatividade; 2) qualidade – concernente à correspondência aos fatos (verdade) e à crença nessa correspondência; 3) Relação – concernente à relevância das informações expressas e, por fim, 4) modo – concernente às maneiras de se apresentar as informações (clareza, univocidade, brevidade e ordenação). A Teoria das Implicaturas Conversacionais, que se delinea na parte central do trabalho de Grice, aparece então como um aprofundamento na investigação das aplicações reais das máximas, i.e, de nosso trato cotidiano com as mesmas. A observação completa e incontestada das máximas, diz ele, é somente um modelo, uma parametrização ideal. Em grande parte dos casos reais de troca comunicativa, nós não somente obtemos a compreensão de significados pela observação das máximas como também a obtemos mediante violações ostensivas e controladas das mesmas. Grice se põe a examinar casos de conflitos entre máximas e de exploração de máximas (GRICE, 1991b, p.33) de modo a lançar luz sobre o modo como uma compreensão do significado do falante (daquilo que ele quer dizer, de suas intenções comunicativas) pode ser obtida mediante de certas inferências que tomam como base aquilo que ele efetivamente diz.

Os pontos mais proeminentes desse desenvolvimento, aos olhos de Sperber e Wilson, são o reconhecimento de que certas expectativas orientam as inferências de intencionalidade e de que o cômputo de relevância desempenha um papel nesse processo. Mas há sérios problemas nos tratamentos dados por Grice à relevância (conferindo a ela um papel menor, de mero

semântica extensional, inteiramente apoiada no ideia de um sentido literal dos termos e no uso de operadores lógicos (como conjunção, disjunção, implicação, etc.) como contraparte de signos equivalentes na linguagem natural, tais como “não”, “e”, “ou”, “se”, “todo”, “algum”, etc. Já os informalistas ressaltariam o caráter contextualmente dependente dos signos na linguagem natural em geral (incluindo os signos eleitos como expressão de operadores pelos formalistas) e a inviabilidade de uma formalização adequada de seu funcionamento em condições de isolamento de contexto. Dizem eles: se o item lexical “e” que pode exprimir uma conjunção clássica, ele pode também atuar semanticamente de outros modos, como, por exemplo, exprimindo um caráter temporal entre duas ações (por exemplo, em “ela casou e teve filhos”). O objetivo de Grice ao se inserir nesse debate não é renegar as abordagens formalistas, mas compatibilizá-las com certas evidências acerca da importância da dependência contextual na compreensão do significado.

parâmetro de uma máxima) e à natureza dessas expectativas (que ele toma como oriundas de demandas racionais, elegendo nessas bases o Princípio Cooperativo como guia das inferências ou implicaturas). Esses e alguns outros problemas do modelo inferencial griciano serão discutidos a seguir.

As limitações da teoria das implicaturas

Como foi dito na introdução, pensamos poder alocar as críticas realizadas por Sperber e Wilson ao tratamento conferido por Grice à natureza da comunicação em duas classes distintas: a primeira classe diz respeito a inconsistências internas da teoria e a segunda diz respeito ao poder explicativo da mesma.

Tratemos primeiro da primeira classe de críticas. Em suas considerações acerca do modo como Grice constitui e demonstra a efetividade das Máximas Conversacionais, os autores de *Relevance* concluem que o autor inglês incidiria em uma argumentação *ex post facto*:

Although based on an insight which seems quite correct, and although somewhat more explicit and systematic than the intuitive reconstructions supplied by unsophisticated speakers, the analyses of implicature which have been proposed by pragmatists have shared with these intuitive reconstructions the defect of being almost entirely *ex post facto*. (SPERBER; WILSON, 1996, p.37)

De acordo com Sperber e Wilson, Grice convida o seu leitor a se engajar em um raciocínio indutivo e retroativo no qual a atividade comunicativa, a interação entre os falantes, deve, de início, ser considerada como um fato passado a ser reconstituído. Isso significa que se trata de uma teoria que apela a um certo senso-comum do leitor, o qual, por ser um usuário da linguagem, poderia reconhecer os caminhos usuais da mesma. Aceita-se as teses apresentadas não pela clareza em sua obtenção ou por sua consistência sistemática e sim por uma espécie de verossimilhança. Muitas são as lacunas deixadas na reconstituição do processo cognitivo de seleção de interpretações acerca das intenções do falante. Mostrar um caminho plausível de inferência não é ainda eliminar outros caminhos plausíveis de inferência.

Despite the widespread skepticism about the role of deductive reasoning in comprehension, many existing pragmatic theories, especially those build on Gricean lines, seem to be based on informal systems of just this type. When a certain inference or implicature is drawn, it can be shown *ex post facto* how the hearer could have derived it from the premises available at the point in the conversation by the use of available deductive rules. However, it would almost

invariably have been possible, from the same set of premises, using the same set of rules, to derive quite different conclusions, which would not in practice have been either intended or drawn. (SPERBER; WILSON, 1996, p.93)

Sperber e Wilson (SPERBER; WILSON, 1996, p.37) afirmam que a própria obtenção das quatro máximas por Grice é fruto de uma reconstituição que pode muito bem ser fantasiosa. Não há uma eliminação sistemática de hipóteses alternativas no estabelecimento das máximas. Brown e Levinson (BROWN; LEVINSON, 1988, p.3-4), por exemplo, partir da ideia de que o Princípio Cooperativo seria um princípio de *Politeness*, propõem um rearranjo no qual as máximas seriam reduzidas a três: a supermáxima de qualidade, a primeira máxima de quantidade [Q] e uma máxima de Relevância [R] (sendo essa última mais abrangente do que aquela proposta por Grice. Em outro momento, Levinson adiciona ainda mais três máximas ao rol anteriormente estabelecido⁵. No artigo “The evolutionary social psychology of off-record indirect speech acts”⁶, Steven Pinker, de sua parte, questiona o próprio princípio que possibilita as máximas – o Princípio Cooperativo – em uma argumentação baseada na ideia de que nossa interação comunicativa é lastreada pelo interesse em *to save face* (numa espécie de esforço contínuo de preservação da imagem social).

Em suma, esses e outros casos não poderiam ser devidamente contemplados pela teoria de Grice, pois a teoria das implicaturas não se apresenta como uma teoria geral da linguagem e sim como uma reconstituição de fatos, que funcionam em muitos casos, mas que “needs improving at fundamental level before it can be fruitfully applied to particular cases” (SPERBER; WILSON, 1996, p.37). De acordo com Sperber e Wilson:

Given that an utterance in context was found to carry particular implicature, what both the hearer and the pragmatic theorist can do, the latter in a slightly more sophisticated way, is to show how in very intuitive terms there was an argument based on the context, the utterance and general expectations about the behaviour of speakers, that would justify the particular interpretation chosen. (SPERBER; WILSON, 1996, p.37)

Ou seja, por se tratar de uma teoria *ex post facto*, uma reconstituição dos fatos, a teoria de Grice já assume o contexto como sempre dado, mantendo a familiaridade com os termos, as

⁵ O princípio Q, que diz: não forneça uma declaração que é informativamente mais fraca que o seu conhecimento de mundo permite. (BROWN; LEVINSON, 1988, p.76); O princípio I, que nos orienta a produzir o mínimo de informação linguística necessária para atingir o objetivo comunicativo (BROWN; LEVINSON, 1988, p.114); e, por fim, princípio M, que nos orienta a indicarmos uma situação anormal ou que não seja estereotípica, por meio do uso de expressões marcadas que não seriam esperadas em uma situação normal.

⁶ Aliás este artigo, apesar das críticas, leva bastante em conta o trabalho já citado de Brown e Levinson.

sentenças e os cenários como sustentação. Mas que o contexto seja dado essa é uma pressuposição muito ambiciosa e, como tal, temerária. Aliás, o conceito de contexto não é sequer trabalhado devidamente por Grice. Pode-se afirmar, por exemplo, como uma hipótese de trabalho plausível, que se a infração de uma máxima pode instaurar um novo contexto (um novo sistema normativo de uso dos signos), talvez seja possível que aquilo que permite a um falante perceber essa instauração é o contraste com o contexto anterior. Curiosamente, um exemplo de Grice (GRICE, 1991b, p.35), pode ilustrar essa hipótese. As ações ocorrem em “refinada festa de chá” e meu interlocutor afirma que dada uma senhora é extremamente chata. Ao notar que a senhora citada se aproxima, eu diria: “o tempo está ótimo neste verão”. Meu interlocutor, ao notar que eu infringi propositalmente a máxima de relação (“Seja relevante”), seria levado a inferir que a minha intenção era gerar uma mudança abrupta de contexto. Mas a Teoria das Implicaturas não é capaz de lançar luz sobre o estatuto semântico de um contexto ou sobre as mudanças propositas de contexto. Em *Relevance: communication and Cognition*, no entanto, será a relevância que ditará a mudança de contextos⁷.

Sperber e Wilson também acusam a Teoria das Implicaturas de, enquanto modelo, conformar-se melhor à comunicação verbal do que a outras formas de comunicação, como as mais diversas formas de comunicação não verbal: através de gestos improvisados, sinais, sons não codificados, linguagem corporal, expressões faciais. No entanto, essa acusação nos parece equivocada. Em *Logic and conversation*, Grice dá um exemplo bem claro, ainda que conciso, de como o Princípio Cooperativo poderia operar em situações não-verbais:

For a time, I was attracted by the idea that observance of the Cooperative Principle and the maxims, in a talk exchange, could be thought of as quasi-contractual matter, with parallels outside the realm of discourse. If you pass by when I am struggling with my stranded car, I no doubt have some degree of expectation that you will offer help, but once you join me in tinkering under the hood, my expectations become stronger and take more specific forms (in the absence of indications that you are merely an incompetent meddler); and talk exchanges seemed to me to exhibit, characteristically, certain features that jointly distinguish cooperative transactions. (GRICE, 1991b, p.29)

É preciso ter em mente que “Logic and conversation” faz parte das William James Lectures, ou seja, que é um trabalho concebido para apresentação oral. Ao que nos parece, Grice se debruça sobre a comunicação verbal não somente porque esse é o standard da filosofia da

⁷ Na verdade, em conjunto com a relevância, entra o conjunto de expectativas e crenças do ouvinte e do falante acerca do ambiente cognitivo dos dois e do que é tornado mutuamente manifesto para ambos. Contudo, isso será discutido mais detalhadamente na próxima seção.

linguagem e da linguística (logo, mais dentro do seu escopo de especialidade), mas também pela facilidade demonstrativa e didática, tendo em vista que o terreno de estudo de outras linguagens e formas de comunicação (como a corporal) era ainda, à época, muito obscuro e pouco explorado. Isto fica ainda mais claro em outra das Lectures, como “Utterer’s meaning, sentence-meaning and word-meaning”, quando ele diz: “I use the term ‘utter’ (together with ‘utterance’) in an artificial wide sense, to cover any case of doing x or producing x by the performance of which U meant that so-and-so. The performance in question need not to be a linguistic or even a conventionalized performance” (GRICE, 1991c, p.118).

A segunda classe de ataques desferidos por Wilson e Sperber contra a Teoria das Implicaturas tem como alvos certas insuficiências de poder explicativo da referida teoria. Um primeiro foco de ataque é a suposição de uma cooperatividade exacerbada entre os interlocutores: os falantes imaginados por Grice precisariam assumir um compromisso de cooperação um tanto inverossímil, como veremos. Um segundo foco é o compromisso velado de Grice com uma semântica formal nos velhos moldes literalistas dos lógicos do início do século XX. Ainda que assumisse um compromisso menor do que os formalistas clássicos assumem com o literalismo, ele ainda permaneceria no escopo de uma visão literalista da semântica (WILSON; SPERBER, 2012, p.3).

Começemos por um exame do primeiro foco de ataque. Grice, como foi dito, assume que os interlocutores apresentam, em geral, tendências a respeitar certas regras que orientam a comunicação, que orientam os ouvintes na busca das intenções do falante. O Princípio Cooperativo e suas máximas seriam a tal normatividade de que fala o filósofo. Um dos problemas mais patentes que os teóricos da relevância enxergam nessa solução é que ela pressupõe um compartilhamento de significado muito anti-intuitivo, uma vez que requer um número excessivo de passos para ser atingido. Atentemos à complexidade do processo inferencial que Levinson chamou de “padrão geral” do cálculo de uma implicatura:

- (i) F disse que *p*
- (ii) Não há razão para pensar que F não está observando as máximas ou, pelo menos, o princípio cooperativo.
- (iii) Para que F diga que *p* esteja realmente observando as máximas do princípio cooperativo, F deve pensar que *q*
- (iv) F deve saber que é conhecimento mútuo que *q* deve ser suposto para que se considere que F está cooperando
- (v) F não fez nada para impedir que eu, o destinatário, pensasse que *q*
- (vi) Portanto, F pretende que eu pense que *q* e, ao dizer que *p* comunicou a implicatura *q* (LEVINSON, 2007, p.141)

É óbvio que o esquema de Levinson tem fins didáticos e explanatórios, que visam demonstrar o processo, mas isto não anula o argumento utilizado pelos autores. Muitos seriam os atos judicativos necessários para a obtenção da interpretação de qualquer proposição simples. Esse grande número de passos não se reflete em experimentos correntes com tempos de resposta em Psicologia Cognitiva. Além disso, com essa concepção de interpretação excessivamente racionalista a Teoria das Implicaturas não abre espaço para uma conexão entre conhecimentos conceituais e não conceituais. Tais problemas não existiriam na Teoria da Relevância, uma vez que:

The principle of relevance, by contrast, is a generalisation about ostensive-inferential communication. Communicators and audience need no more know the principle of relevance to communicate than they need to know the principles of genetics to reproduce. Communicators do not 'follow' the principle of relevance; and they could not violate it even if they wanted to. The principle of relevance applies without exception: every act of ostensive communication communicates a presumption of relevance. It is not the general principle, but the fact that a particular presumption of relevance has been communicated by and about a particular act of communication, that the audience uses in inferential comprehension. (SPERBER; WILSON, 1996, p.162)

A Teoria da Relevância não incidiria nos problemas acima mencionados, pois, não se compromete com a existência de uma norma ou regra a ser “seguida”, não tendo uma natureza prescritiva. O princípio cognitivo do cômputo de relevância (apoiado em uma espécie de cálculo de custo-benefício, como veremos na próxima seção) vai além da comunicação, atuando sobre a própria percepção (sistemas de input) – caberiam aos teóricos, portanto, não uma prescrição do mesmo, mas uma descrição de seus mecanismos. As inferências, no cômputo de relevância, ocorreriam espontaneamente ou, como dizem os autores, automaticamente. Com isso, afirmam eles, não só se eliminaria a complexidade inferencial do Princípio Cooperativo de Grice como também os problemas referentes à ideia de que “seguimos”⁸ por força da razão um certo Princípio. Por tabela, seriam evitados também os problemas levantados tanto por Brown e Levinson (1988) e Steven Pinker (2007).

O Princípio Cooperativo é definido como um esforço cooperativo em que os interlocutores buscam fazer suas contribuições conversacionais conforme o requerido, dada sua

⁸ Talvez seja um problema mais complicado do que parece. Em *Meaning and Relevance*, Wilson e Sperber falam da Teoria das Implicaturas (mais especificamente do Princípio Cooperativo) como uma gramática. Se for o caso e levarmos em conta o uso deste conceito, por exemplo, por Wittgenstein, a questão de “seguir a regra” ou o Princípio Cooperativo pode não ser tão consciente e voluntária quanto faz parecer no argumento utilizado por eles em *Relevance*. Contudo, recaímos no problema de Grice não explorar tanto o conceito e sua definição.

expectativa de um propósito comum ou um conjunto deles. Porém, ressaltam Sperber e Wilson, que “knowledge of such common purpose, when it exists, is one contextual factor among others, and it is only as such that it can play a role in comprehension” (SPERBER; WILSON, 1996, p.162). Apesar de os teóricos da relevância aceitarem que, na maioria dos casos de intercuro conversacional, seja verdadeiro que há um propósito em comum ou direção mutuamente aceita, não há garantias de que toda interação comunicacional preveja isso e, ainda, não há necessariamente uma primazia desse aspecto sobre outros como, por exemplo, a preocupação com a imagem ou o *status* social do próprio falante ou de alguém a ele vinculado afetivamente⁹. Em *Relevance*, os autores nos pedem que consideremos o que está em jogo quando alguém guarda um segredo:

Achieving optimal relevance, then, is less demanding than obeying the Gricean maxims. In particular, it is possible to be optimally relevant without being 'as informative as is required' by the current purposes of the exchange (Grice's first maxim of quantity): for instance by keeping secret something that it would be relevant to the audience to know. It seems to us to be a matter of common experience that the degree of co-operation described by Grice is not automatically expected of communicators. People who don't give us all the information we wish they would, and don't answer our questions as well as they could, are no doubt much to blame, but not for violating principles of communication. (SPERBER; WILSON, 1996, p.162)

Podemos reforçar esse argumento com diversos exemplos fornecidos por Steven Pinker em “The evolutionary social psychology of off-record indirect speech acts” tais como: situações de suborno, julgamentos, interrogatórios ou situações mais cotidianas em que há a preocupação em “to save face”:

It seems to us to be a matter of common experience that the degree of co-operation described by Grice is not automatically expected of communicators. People who don't give us all the information we wish they would, and don't answer our questions as well as they could, are no doubt much to blame, but not for violating principles of communication. (SPERBER; WILSON, 1996, p.162).

A maior diferença entre a Teoria da Relevância e a Teoria das Implicaturas estaria, contudo, de acordo com Sperber e Wilson, no modo como a primeira se distancia da concepção

⁹ Vide as críticas realizadas ao Princípio Cooperativo em obras como *Politeness*, de Brown e Levinson, “The evolutionary social psychology of off-record indirect speech acts” de Steven Pinker; Vide também os problemas levantados para a tese da primazia do propósito em *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Valentin Volóchinov.

literalista ingênua do dizer (*to say*), do significado da sentença, pressuposto pela segunda (SPERBER; WILSON, 1996, p.162). Para Grice, a compreensão de um ato de fala é a compreensão do “significado do falante”, sendo este um composto do que é dito e do que se quer dizer com o dito (eventualmente, o que é implicado¹⁰). Grice não trabalha profundamente sobre o conceito do que é dito em “Logic and conversation”, mas o faz no já citado “Meaning” e em dois trabalhos posteriores, comentados por Wilson e Sperber (SPERBER; WILSON, 2012, p.8): “Utterer’s meaning, sentence-meaning and word-meaning” (1968) e “Retrospective dialogues” (1987). Em ambos se pode reconhecer a tese, já presente em “Meaning”, de que há algo como o significado da sentença e algo como o significado do falante, com mínimas modificações, como a introdução de operadores lógicos como representações da forma lógica. Ao lançar mão dessa ideia de significado da sentença, Grice se mantém alinhado com o literalismo, na medida em que admite a possibilidade de que certas sequências de signos tenham significado *per se*, sem dependência contextual – o que se configuraria como o significado próprio dessas sequências de signos. Apesar de Sperber e Wilson reconhecerem a importância do processo de decodificação na compreensão de significados – vendo um proferimento como “a linguistically coded piece of evidence” (SPERBER; WILSON, 2012, p.2) –, eles divergem de Grice ao admitirem um descolamento entre a sentença proferida e a forma lógica dessa sentença. Sua posição é de que a obtenção da forma lógica e das condições de verdade também requer, em geral, enriquecimentos pragmáticos da sentença proferida.

O que vai diferenciar o literalismo griceano do contextualismo de Sperber e Wilson é, fundamentalmente, o papel exercido pela decodificação e o grau de influência da mesma na comunicação e na compreensão do significado. Enquanto, para Sperber e Wilson, o código é somente uma pista para a obtenção (mediante enriquecimento) das intenções informativas do falante nos proferimentos em geral, para Grice o resultado da decodificação seria algo próximo de uma proposição completa, bastando a obtenção da referência dos termos sem ambiguidades para a compreensão do que é dito (significado da sentença). Em “Utterer’s meaning”, fica claro que a concepção griciana da semântica do dito (significado da sentença) é *vero-funcional*, i.e.,

¹⁰ Essa divisão foi a solução de Grice para a querela já citada aqui (nota na página 5) entre formalistas e informalistas. De maneira a manter o entendimento semântico formal dos informalistas, mantendo a implicação pragmática, que não são redutíveis uma a outra. Oliveira e Basso em seu comentário a Grice tem um bom exemplo (2014, p.19) em que a implicação lógica (acarretamento) não é tem o alcance da implicatura pragmática. Considere as sentenças: (I) João é rico e é generoso e (II) João é rico, mas é generoso. Do ponto de vista lógico, ambas sentenças são idênticas, todo cenário em que (I) seja verdadeira, (II) também será e vice e versa. Contudo, o mesmo não pode ser dito do ponto de vista pragmático, já que ambas tem significados distintos. Em (I) é simples: João tem duas propriedades: rico e generoso, porém em (II) é implicado de que João é rico e tem uma propriedade não comum a ricos, que é ser generoso. A partícula “mas” cria essa quebra de expectativa e a inferência.

a interpretação do dito (no caso de uma sentença declarativa) é feita com base em um procedimento de determinação das condições de verdade, desambiguação e determinação da referência. Por exemplo, para a obtenção do significado de uma sentença como “ele está no banco agora”, seria necessária a solução da ambiguidade da palavra “banco”, a fixação de valores semânticos (referências para os termos “ele” e “agora”) e, por fim, a especificação das condições de verdade da sentença¹¹.

Assim, a semântica, numa abordagem griciana, permaneceria estudando o significado literal ou central, que determina o que é dito e influencia na obtenção do que é implicado – posto que implicaturas são explicadas como assunções que a audiência deve fazer para preservar a ideia de que o emissor está obedecendo as máximas ou, ao menos, ao Princípio Cooperativo. De outro modo: Grice defende que as implicaturas são atos de fala de ordem superior que são fundados em um nível mais básico, mais central que são os atos de fala centrais, literais (GRICE, 1991d, pp.359-368).

Diante desse posicionamento, Sperber e Wilson (SPERBER; WILSON, 2012, p.9) apresentam dois exemplos que demonstram a insuficiência do literalismo griciano:

(1) O mar está gelado.

(2) O livro é difícil.

Na primeira sentença, não se sabe, sem um enriquecimento com base no contexto e nas intenções do emissor, que critérios devem estar sendo utilizados para a avaliação da temperatura do mar - para que finalidade, para quem, e em comparação a que? – e, sem essas informações não há como se fazer a determinação das condições de verdade. Na segunda, o caso é semelhante: sem um contexto e suposições de base, não há maneira de saber como avaliar a dificuldade atribuída ao livro: seria ele difícil de ler, de escrever, de entender, de transportar...?

A teoria de Grice não leva em conta certos enriquecimentos que usualmente fazemos em um proferimento para obter dele seu conteúdo verocondicional mais básico. Os teóricos da relevância sugerem que “the intuitive truth-conditional content of an utterance – what the speaker would normally be taken to assert – may go well beyond the minimal proposition obtained by decoding, disambiguation and reference assignment” (SPERBER; WILSON, 2012, p.11). Para compreender melhor o que está em jogo, tomemos como exemplo uma situação em que um homem chamado Alan Jones chama uma mulher, Lisa, para jantar e recebe como resposta a sentença “Eu já comi”. Numa abordagem griciana, é possível compreender que Lisa

¹¹ Grice reconhece, no entanto, em “Retrospective dialogues” (GRICE, 1991d, p.363), que uma semântica apoiada em condições de verdade tem suas fragilidades e incompletudes.

tem a intenção de que Alan compreenda seu ato de fala como uma forma polida de declinar ao convite (poderíamos falar em uma infração proposital da máxima de relação, por exemplo). Mas, para que Alan possa chegar a tal interpretação, ele precisa antes ser capaz de enriquecer o que foi efetivamente dito por Lisa de modo a encontrar uma paráfrase na forma “Eu já jantei hoje” ou algo equivalente. E é justamente esse enriquecimento que não se enquadra nem naquilo que Grice entende como sendo o dito nem naquilo que ele entende como sendo o implícito. Esse tipo de enriquecimento é denominado “explicatura” por Sperber e Wilson e definido da seguinte forma: “A proposition communicated by an utterance is an explicature if and only if it is a development of a logical form encoded by the utterance” (SPERBER; WILSON, 1996, p.182).¹²

A Teoria da Relevância

Apresentados os méritos e deméritos que Sperber e Wilson atribuem à da Teoria das Implicaturas, procuraremos, nessa seção, fazer uma breve apresentação das linhas gerais da Teoria da Relevância tal como é proposta por seus idealizadores em *Relevance: Communication and Cognition* e em *Meaning and Relevance*. Nosso intuito é o de mostrar por que vias essa teoria lograria superar os problemas atribuídos à concepção clássica de pragmática.

Segundo os teóricos da relevância “the principle of relevance [...] is a generalization about ostensive-inferencial communication” (SPERBER; WILSON, 1996, p.162). Façamos uma breve recapitulação de Grice de modo a deixar mais claro o que Sperber e Wilson entendem por comunicação inferencial-ostensiva. O filósofo britânico concebe em “Meaning” dois tipos de significado, um significado natural em que há uma denotação, referência de uma palavra à outra, por exemplo, apontar para o fogo de uma fogueira e dizer “fogo” ou dizer “o médico disse que essas manchas são cataporas”, mas também há um significado não-natural (significado nn) que seria de ordem inferencial. A comunicação ostensiva seria, para Grice um

¹² Em *Relevance*, Sperber e Wilson cunham uma nova concepção de conceito. Conceitos são configurações (endereços) mnemônicos mediante as quais *inputs* sensoriais de diversas naturezas são classificados e postos em relação. Um conceito é composto de três entradas: lógica, enciclopédica e lexical. A entrada lexical vincula um ou mais itens lexicais a certos conteúdos mentais (caso a linguagem disponha de itens lexicais para tanto). A entrada enciclopédica é a entrada de armazenamento de conteúdos representacionais, (toda informação e conexões com outros conceitos está na entrada enciclopédica). A entrada lógica, mais importante aqui, se refere ao conjunto de regras dedutivas que formalizam de que maneira os *inputs* e os *outputs* de *assunções* do sujeito sobre o conceito serão derivadas e conectadas através de premissas e conclusões (SPERBER; WILSON, 1996, p.86). A forma lógica das proposições a que fazemos alusões nesse texto se constitui como a maneira como os conteúdos sintáticos da entrada lógica permitem e condicionam as articulações entre as entradas enciclopédicas e as entradas lexicais envolvidas na proposição.

caso paradigmático de significação natural, não exigindo, portanto, atos de inferência. Qualquer ato de comunicação ostensiva (como o gesto dêitico) teria duas camadas de informação: uma primeira, que contém a informação a ser ressaltada e uma segunda camada com a informação de que a informação ressaltada na primeira camada foi intencionalmente dada. Sperber e Wilson¹³ denominam essas camadas de “intenção informativa” e “intenção comunicativa”, respectivamente. Para eles, a intenção informativa é de primeira ordem e a intenção comunicativa de segunda ordem.

Para Sperber e Wilson, entretanto, não há intercurso comunicativo livre de inferências. Não há ostensão (o que seria o nível mais básico de comunicação) sem que haja inferência. Basicamente, a tese de que todo ato ostensivo de comunicação é a um ato inferencial procura rechaçar a ideia de um significado central ou próprio (um “significado natural”, nos termos de Grice). Ilustremos a discussão com um exemplo de inferência em um nível muito elementar de comunicação:

Two prisoners, from different tribes with no common language, are put in a quarry to work back to back breaking rocks. Suddenly, prisoner A starts putting some distinct rhythm into the sound of his hammer - one-two-three, one-two, one-two-three, one-two - a rhythm that is both arbitrary and noticeable enough to attract the attention of prisoner B. This arbitrary pattern in the way the rocks are being broken has no direct relevance for B. However, there are grounds for thinking that it has been intentionally produced, and B might ask himself what A's intentions were in producing it. One plausible assumption is that this is a piece of ostensive behaviour: that is, that A intended B to notice the pattern. This would in turn make manifest A's desire to interact with B, which in the circumstances would be relevant enough. (SPERBER; WILSON, 1996, p.52)

Na situação descrita, o ato de comunicação ostensiva nem mesmo apresenta caráter verbal. Não há qualquer código que estabeleça regras de interpretação. Mas há, evidentemente, atos de inferência: o prisioneiro B infere as intenções comunicativas do prisioneiro A. As evidências nesse sentido se espraiam para além dos casos em que há intenções informativas e comunicativas relativamente claras. Senão vejamos: imaginemos um casal esteja conversando em uma praça. Sem nenhum motivo aparente, ele faz uma expressão de desgosto, de maneira espontânea. Ela, então, olha ao redor na tentativa de encontrar o motivo para tal expressão.

¹³ Sperber e Wilson definem as intenções informativas e comunicativas tendo como base um artigo de Strawson intitulado “Intention and Convention in Speech Acts”. Nesse artigo, o filósofo dedica uma breve seção à abordagem griciana do significado em “Meaning” (STRAWSON, 1964, pp. 445-449). Strawson chega a conclusões muito semelhantes às de Sperber e Wilson, mas não chega a formalizar claramente os dois tipos de intenção.

Entre as coisas que ela observa – um sorveteiro, um desconhecido, etc. – ela reconhece José, um conhecido deles que está em dificuldades financeiras e vive pedindo favores. Inferindo que esse era o motivo do descontentamento de seu interlocutor, ela pergunta: “vamos embora?”¹⁴. Neste exemplo, a comunicação é ostensiva, mas sem intenção comunicativa, ao menos para ela, mas mesmo assim há inferência.

Estender o modelo inferencial até os níveis mais básicos de comunicação (como na ostensão) não exige a Teoria da Relevância do problema do compartilhamento de informação. Se eles criticam a posição assumida por pragmatistas clássicos como Grice por se comprometerem com certo tipo de conhecimento mútuo (que habilitaria comunicadores e audiência a se comunicar adequadamente - SPERBER; WILSON, 1996, p.162), então obviamente precisam apresentar uma alternativa teórica. Com essa finalidade, Sperber e Wilson trazem para a discussão um aparato conceitual estabelecido com base em experimentos e teorizações feitas no campo da psicologia cognitiva. Estamos nos referindo às noções de “ambiente cognitivo mútuo” e “assunção mutuamente manifesta” (SPERBER; WILSON, 1996, p.42).

Na busca por cunhar tais conceitos, Sperber e Wilson partem de três pressuposições básicas. A primeira é de que os seres humanos vivemos em um mesmo mundo físico. A segunda, de que o objetivo geral (*general goal*) da cognição humana é aprimorar o conhecimento acerca do mundo (SPERBER; WILSON, 1996, p.47). A terceira, por fim, é de que nosso aparato cognitivo funciona mediante a articulação de representações mentais e é dividido em módulos (módulos de *input* sensorial e um módulo central de natureza conceitual – seguindo modelo proposto por Fodor)¹⁵. Dizem eles:

We are all engaged in a lifetime's enterprise of deriving information from this common environment and constructing the best possible mental representation of it. We do not all construct the same representation, because of differences in our narrower physical environments on the one hand, and in our cognitive abilities on the other. Perceptual abilities vary in effectiveness from one individual to another. Inferential abilities also vary, and not just in effectiveness. People speak different languages, they have mastered different concepts; as a result, they can construct different representations and make different inferences. They have different memories, too, different theories that they bring to bear on their experience in different ways. Hence, even if they

¹⁴ Neste exemplo estamos nos dando a liberdade de modificar ligeiramente um exemplo fornecido por Sperber e Wilson em *Relevance* (SPERBER; WILSON, 1996, p.48).

¹⁵ É notório que Sperber e Wilson desconsideram certos desafios lançados sobre o estudo da comunicação, como aquele formulado por Davidson em “A nice derangement of epitaphs” sobre a possibilidade da existência de um sistema único denominado “língua”. A proposta dos autores, porém, é discutir como a comunicação ocorre e não se ela propriamente ocorre.

all shared the same narrow physical environment, what we propose to call their *cognitive environments* would still differ. (SPERBER; WILSON, 1996, p.38)

Notam os teóricos da relevância que, apesar de todos dividirmos o mesmo mundo físico e/ou ambiente, nossas percepções e conceitos acerca do mesmo são variáveis. Essa constatação não deve, no entanto, conduzir a um ceticismo quanto ao compartilhamento de informação, mas tão somente quanto à possibilidade de um *conhecimento mútuo* no sentido forte. Façamos um paralelo entre fatos manifestos e fenômenos visuais para compreender melhor o ponto: se tomarmos como foco de análise as abordagens que gestaltistas e gibsonianos fazem da visão, por exemplo, podemos dizer que o que é efetivamente visto por alguém é uma combinação entre o ambiente físico e suas habilidades visuais. Numa analogia: o que fenômenos visuais são para a cognição visual, os fatos manifestos são para a cognição conceitual. Daí se depreende a seguinte definição: “a *cognitive environment* of an individual is a set of facts that are manifest to him” (SPERBER; WILSON, 1996, p.39). E o conceito de fato que é utilizado na definição, por sua vez, é definido da seguinte forma: “A fact is *manifest* to an individual at a given time if and only if he is capable at that time of representing it mentally and accepting it’s representation as true or probably true” (SPERBER; WILSON, 1996, p.39)

An individual's total cognitive environment is a function of his physical environment and his cognitive abilities. It consists of not only all the facts that he is aware of, but also all the facts that he is capable of becoming aware of, in his physical environment. The individual's actual awareness of facts, i.e. the knowledge that he has acquired, of course contributes to his ability to become aware of further facts. Memorised information is a component of cognitive abilities. (SPERBER; WILSON, 1996, p.39)

Contudo, seres humanos não dispositivos destituídos de memória que só operam com o que é imediatamente percebido. Por isso, o conceito de ambiente cognitivo deve, para além da definição previamente dada, também levar em conta as *assunções* (*assumptions*) do sujeito. Logo, na conjuntura de uma conversa, o contexto será definido como o conjunto de fatos, mas também de *assunções* acessíveis (sensorial ou mnemonicamente) relacionadas às expectativas do sujeito dadas suas experiências prévias com aquele cenário ou configuração similar. Então, por exemplo, se em uma conversa entre João e Maria, João vem a saber que Maria é vegetariana, é bem provável que ele hesite em chamá-la para um churrasco. Mas tais *assunções* estão sujeitas a gradações ou ganho e perda de força. Se futuramente João a vir Maria comendo carne, a *assunção* “Maria é vegetariana” perderá força.

An individual's total cognitive environment is a function of his physical environment and his cognitive abilities. It consists of not only all the facts that he is aware of, but also all the facts that he is capable of becoming aware of, in his physical environment. The individual's actual awareness of facts, i.e. the knowledge that he has acquired, of course contributes to his ability to become aware of further facts. Memorised information is a component of cognitive abilities. [...] The ability to judge an assumption as more or less likely to be true is to be explained not in terms of a system which assigns subjective probability values to assumptions, but in terms of a non-logical property of assumptions: what, metaphorically, we will call their *strength*. (SPERBER; WILSON, 1996, p.76)

Concisamente, o ambiente cognitivo seria, então, o conjunto de assunções, informações acessíveis que são manifestas ao sujeito dado o contexto. Mas, perguntemos: como ambientes cognitivos de diferentes sujeitos podem interagir?

Since physical environments are never strictly identical, and since cognitive abilities are affected by previously memorised information and thus differ in many respects from one person to another, people never share their total cognitive environments. Moreover, to say that two people share a cognitive environment does not imply that they make the same assumptions: merely that they are capable of doing so. (SPERBER; WILSON, 1996, p.41)

Sperber e Wilson entendem que assunções podem ser mutuamente manifestas na medida em que sujeitos humanos têm compleições fisiológicas e psicológicas semelhantes, tendo certas potências cognitivas semelhantes.

Human cognitive organisation makes certain types of phenomena (i.e. perceptible objects or events) particularly salient. For instance, the noise of an explosion or a doorbell ringing is highly salient, a background buzz or a ticking clock much less so. When a phenomenon is noticed, some assumptions about it are standardly more accessible than others. (SPERBER; WILSON, 1996, p.40)

Compartilhamos, dizem eles, não necessariamente conhecimentos, mas certas tendências sensório-motoras fundamentais. Isso nos daria base para tomarmos certos fatos e assunções acerca de ambientes cognitivos como mutuamente manifestos. Em um ambiente cognitivo mútuo, “for every manifest assumption, the fact that it is manifest to the people who share this environment is itself manifest. In other words, in a mutual cognitive environment, every manifest assumption is what we will call *mutually manifest*.” (SPERBER; WILSON, 1996, pp.41,42)

Nessas bases, Sperber e Wilson buscam redefinir as noções de intenção informativa e comunicativa, de maneira a atender também casos em que a comunicação não seja clara ou verbal. Consideremos a situação em que, ao chegar à praia e pôr os pés na areia, Maria respira fundo, abre os braços e faz uma expressão que é notada por João como uma expressão de contentamento. Como abordar situações comunicacionais como essa por vias clássicas? Com isso em mente, os autores afirmam:

We see it as a major challenge for any account of human communication to give a precise description and explanation of its vaguer effects. Distinguishing meaning from communication, accepting that something can be communicated without being strictly speaking *meant* by the communicator or the communicator's behaviour, is a first essential step. (SPERBER; WILSON, 1996, p.57)

Na situação da praia, descrita acima, não parece haver a intenção de provocar uma atitude proposicional. Acionando as noções de ambiente cognitivo e mutuamente manifesto, podemos dizer que a intenção comunicativa de Maria será tornar manifesto ou mais manifesto a João todo um conjunto de assunções. O objetivo de Sperber e Wilson em tal definição é não reduzir a comunicação de tais impressões à comunicação de proposições ou formas verbais (como em geral se faz em teorias da comunicação), mas manter o caráter de uma empatia comunicativa, manifesta como um conjunto de assunções que altera o ambiente comunicativo de uma audiência. João não precisou representar o ato de Maria em forma proposicional para compreendê-lo.

De acordo com os teóricos da relevância, o conceito de ambiente cognitivo mútuo, se devidamente alinhado com o modelo inferencial do cômputo de relevância (que veremos a seguir), explica a comunicação humana de maneira descritivamente mais satisfatória do que qualquer teoria devota do conceito de conhecimento mútuo. Uma objeção que se pode levantar contra essa proposta é a de que o modelo não oferece garantias de total simetria entre o que é percebido e pensado (o ambiente cognitivo total de um sujeito), de um lado, e o que é comunicado (fazendo-se mutuamente manifesto), de outro. Mas diante dessa objeção, os autores se limitam a chamar nossa atenção para o fato de que as pessoas, no cotidiano, comumente se defrontam com ruídos de comunicação e que isso não chega a ser um problema grave em muitas de nossas atividades.

Communication can succeed, despite possible semantic discrepancies, as long as the word used in a given situation points the hearer in the direction intended

by the speaker. Thus, Peter and Mary might differ as to the exact extension of 'tired': Peter might regard as genuine though minimal tiredness a state that Mary would not regard as tiredness at all. Mary's successful use of the term in no way depends on their meaning exactly the same thing by it. (SPERBER; WILSON, 2012, p.46)

Os princípios cognitivos e comunicativos da Relevância

E assim, chegamos finalmente à tese central de *Relevance*: a tese de que o cômputo de relevância é uma espécie de balanço entre custo e benefício. Se, para Grice, nossas expectativas comunicacionais são guiadas por uma normatividade racional, para Sperber e Wilson essas expectativas são expectativas de eficiência (Sperber; Wilson, 1996, p.46), de busca do grau ótimo de relevância na interpretação de um estímulo (verbal ou não). Nesse contexto, relevância é definida como “a property of inputs to cognitive processes (whether external stimuli, which can be perceived and attended to, or internal representations, which can be stored, recalled, or used as premises in inference)” (SPERBER; WILSON, 2012, p.6).

O cômputo de relevância não funciona com base em uma gramática ou outro princípio a ser seguido (como ocorre com os modelos de cômputo propostos por filósofos do pragmatismo). Não se trata de regras a serem seguidas ou infringidas por atos de arbítrio e sim de um princípio cognitivo básico e inescapável. Neste caso,

Communicators and audience need no more know the principle of relevance to communicate than they need to know the principles of genetics to reproduce. Communicators do not 'follow' the principle of relevance; and they could not violate it even if they wanted to. The principle of relevance applies without exception: every act of ostensive communication communicates a presumption of relevance. It is not the general principle, but the fact that a particular presumption of relevance has been communicated by and about a particular act of communication, that the audience uses in inferential comprehension. (SPERBER; WILSON, 1996, p.162)

No que se refere à comunicação, o princípio da relevância sustenta que a todo ato comunicação convém uma pressuposição de que sua própria relevância é ótima. (SPERBER; WILSON, 2012, p.6). Isso significa que, em todo ato comunicativo, ao menos para o emissor, seu estímulo comunicativo exprime suas intenções do modo mais relevante. Então, em circunstâncias como a do gesto de Maria na praia, o ato comunicativo foi efetuado para se obter o máximo de ganho contextual, levando em conta o custo de processamento, ou seja, Maria o realizou de tal maneira porque esta maneira seria a mais relevante, comunicaria mais com

menos esforço a João.

Procurando elucidar o que compreendem como ganhos cognitivos (ou contextuais) ocorrentes no cômputo de relevância, Sperber e Wilson fazem a seguinte consideração geral:

Some information is old: it is already present in the individual's representation of the world. Unless it is needed for the performance of a particular cognitive task, and is easier to access from the environment than from memory, such information is not worth processing at all. Other information is not only new but entirely unconnected with anything in the individual's representation of the world. It can only be added to this representation as isolated bits and pieces, and this usually means too much processing cost for too little benefit. Still other information is new but connected with old information. When these interconnected new and old items of information are used together as premises in an inference process, further new information can be derived: information which could not have been inferred without this combination of old and new premises. When the processing of new information gives rise to such a multiplication effect, we call it *relevant*. The greater the multiplication effect, the greater the relevance. (SPERBER; WILSON, 1996, p.48)

Temos, então, como princípio norteador da cognição humana (e, logo, da cognição humana) a busca de um balanço entre os ganhos cognitivos que uma interpretação de um dado estímulo traz e os custos de processamento dessa mesma interpretação.

Mas o que seriam mais precisamente esses ganhos cognitivos? Ora, como vimos, para Sperber e Wilson, o objetivo geral da cognição humana é o aprimoramento de nossas representações de mundo (SPERBER; WILSON, 1996, p.47). Assim, quanto mais informações já estabelecidas se conectarem com novas, mais relevantes essas informações serão, pois, informações desconexas não ampliam o ambiente cognitivo, já que não interagem com outras. Um estímulo que não se conecta com assunções (*assumptions*) já sistematizadas e armazenadas na mente provavelmente será esquecido.

An input is relevant to an individual when it connects with available contextual assumptions to yield positive cognitive effects: for example, true contextual implications, or warranted strengthenings or revisions of existing assumptions. Everything else being equal, the greater the positive cognitive effects achieved, and the smaller the mental effort required (to represent the input, access a context and derive these cognitive effects), the greater the relevance of the input to the individual at that time. (SPERBER; WILSON, 2012, p.6)

Conclusão

Paul Grice foi pioneiro em uma abordagem inferencial do significado, baseando sua

Teoria das Implicaturas no *insight* de que a compreensão do significado envolve o reconhecimento das intenções do falante. Com esse framework, ele supera diversos problemas e insuficiências notórias do modelo do código; i.e., o modelo que toma a comunicação como um mero processo de codificação e decodificação de mensagens. Grice também tem o mérito de ter conseguido delinear um princípio geral de orientação inferências comunicativas muito convincente, a saber, o princípio Comunicativo, com suas máximas racionais e com os diversos recursos de exploração das mesmas. Contudo, de acordo com Sperber e Wilson, o modelo griciano não se constitui plenamente como uma teoria geral da comunicação. Isso porque há em tal modelo tanto problemas de constituição interna quanto problemas relativos a seu real poder explicativo das situações reais e dinâmicas de intercurso comunicativo.

Os problemas de consistência interna, como vimos nesse artigo, giram em torno do caráter *ex post facto* da Teoria das Implicaturas. De acordo com Sperber e Wilson, os argumentos que estabelecem essa teoria se baseiam na reconstrução do fenômeno comunicativo e, portanto, apresentam vaguezas inerentes e incontornáveis. As interpretações que Grice apresenta para seus exemplos (na forma de paráfrases) não se impõe a partir de uma eliminação completa de alternativas. Elas são plausíveis para o leitor dado seus hábitos comunicativos e contam com um sucesso comunicacional já assumido de antemão. A teoria carece, dizem eles de realismo psicológico, i.e., de uma investigação acerca dos mecanismos de seleção de interpretações que vá mais fundo do que as escolhas conscientes e voluntárias entre máximas da razão. Ademais, o própria reconstrução indutiva das máximas (em número de quatro) é muito questionável. Isto se torna mais claro quando vamos às obras de filósofos neo-gricianos (como Brown e Levinson), os quais alteram o número de máximas ou propõem outras.

O tratamento dispensado por Grice ao conceito de relevância também é um alvo de ataque de Wilson e Sperber. De acordo com eles, o tratamento da relevância como um mero parâmetro da máxima de relação é um equívoco oriundo de uma separação artificial que Grice estabelece entre os mecanismos comunicacionais de interpretação de proferimentos e os mecanismos cognitivos de interpretação de estímulos em geral.

Um outro ataque desferido pelos teóricos da relevância se volta para a tentativa de Grice de compatibilizar estudos no campo da pragmática e estudos no campo da semântica verofuncional (superação da querela entre formalistas e informalistas), mediante a manutenção de certos traços literalistas em sua concepção de significado. A sustentação de uma diferenciação de natureza (e não de graus) entre a interpretação do que estritamente dito (o significado da sentença) e a compreensão do que se quer dizer com o dito (o significado do falante) conduz,

na perspectiva de Sperber e Wilson, a problemas graves. Assumindo uma posição radicalmente avessa ao literalismo, os teóricos da relevância chegam a afirmar, em trabalhos mais recentes que “the traditional notions of saying and literal meaning are inadequate for pragmatic purposes” (WILSON; SPERBER, 2012, p.11).

De acordo com seus idealizadores, a Teoria da Relevância teria maior sucesso do que Grice e seus entusiastas em estabelecer uma teoria da comunicação por se tratar essencialmente de uma teoria da cognição em geral. Em seu framework, o balanço entre os ganhos cognitivos e os custos de processamento da interpretação de um estímulo (o cômputo de relevância) é um princípio que rege toda a cognição, desde consonâncias empáticas até os mais rebuscados juízos científicos. A teoria da relevância gozaria do poder explicativo que faltava ao modelo griciano sem precisar se comprometer com uma semântica baseada na noção de significado literal.

Referências Bibliográficas

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C.. *Politeness – some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José. (org.). *Tópicos em teoria da relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008

GRICE, Paul. “Meaning”. In: *Studies in the way of words*. pp. 213-223. Cambridge: Harvard University Press, 1991a.

_____. “Logic and Conversation”. In: *Studies in the way of words*. pp. 22-40. Cambridge: Harvard University Press, 1991b.

_____. “Utterer’s meaning, sentence-meaning and word-meaning”. In: *Studies in the way of words*. pp. 117-137. Cambridge: Harvard University Press, 1991c.

_____. “Retrospective dialogues”. In: *Studies in the way of words*. pp. 339-386. Cambridge: Harvard University Press, 1991d.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Tradução de Luis Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Presumptive meaning – the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.

OLIVEIRA, Roberta P.; BASSO, Renato Miguel. *Arquitetura da conversação*. São Paulo: Parábola, 2014.

PINKER, Steven. *The evolutionary social psychology of off-record indirect speech acts*. In: *Intercultural Pragmatics*, 4-4, 2007, pp.437-461.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Blackwell, 1996.

_____. *Meaning and Relevance*. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. *Relevância: comunicação e cognição*. Tradução de Helen Santos Alves. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2001.

STRAWSON, P.F. “Intention and Convention in Speech Acts”. In: *The Philosophical Review*, Vol. 73, No. 4 (Oct., 1964), pp. 439.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017